Para Quércia, Sarney 'não tem direito' de exigir votos

Da Sucursal de Brasília

O governador Orestes Quércia dise ontem que "o presidente não tem direito de exigir que o deputado vote de um jeito ou de outro. Aqueles que Votarem pelos quatro anos são deputados e senadores que merecem a mesma consideração". A afirmação ofoi feita às 15h, quando Quércia saía de um almoço com o presidente José Sarney no Palácio da Alvorada. Mais charley no Falacio da la conversidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, e com deputados da bancada paulista do PMDB, quando pediu apoio ao mandato de cinco

Quércia afirmou que o presidente 'está tranquilo" quanto à aprovação do mandato de cinco anos na Comis-são de Sistematização do Congresso constituinte, acrescentando que "essa não é uma decisão definitiva",

podendo ser alterada pelo plenário do Congresso constituinte. Ele disse, porém, que considera "indiferente para o futuro do país" a questão da duração do mandato. "Tanto faz quatro ou cinco anos. É uma questão secundária."

"Declaração de guerra"

"Ele não fez esse tipo de declaração. Não há essa disposição do presidente", disse Quércia, referindo-se ao recado de Sarney na quartafeira, considerando uma "declaração de guerra' a opção pelo mandato de quatro anos. O governador disse que as eleições devem ser feitas em 1989 "para dar um ano inteiro de discussão a respeito da Constituinte". Segundo ele, que negou ser candidato à Presidência depois da promulgação da nova Constituição, deve haver "tranquilidade no governo, para a política de interesse público"

Em 'ato falho', governador fala em 88

MARCELO XAVIER DE MENDONÇA

Repórter da Sucursal de Brasília

A "mineirice" do governador Orestes Quércia, consubstanciada numa bem dosada ambiguidade nas declarações feitas aos jornalistas em Brasília, não resistiu a um "ato falho", logo na primeira vez em que falou da duração do mandato presidencial. "Eu sou favorável a que as eleições de presidente sejam somente em 88, mas vou respeitar qualquer que seja a decisão da Constituinte", disse Quércia, o que equivale a apoiar o mandato de quatro anos.

Alertado pelos repórteres, ele tentou corrigir, meio sem firmeza: "Eu acho que a eleição vai ser em 89, mas se houver uma definição em contrá-rio eu vou respeitar". Apenas na terceira tentativa ele alcançou o tom que procurou dar às declarações sobre o assunto: "O ideal é que as

eleições sejam em 89". Na reunião com deputados de São

Paulo, em Brasília, Quércia teve competir com outro candidato potencial à sucessão de Sarney, Ulysses Guimarães. "Ele veio controlar seu eleitorado", disse o governador, num sorriso resignado. Ulysses chegou depois que a reunião começara, e

Ato falho revela desejo

CENISE MONTE VICENTE

Especial para a Folha

Ao manifestar-se por eleições para presidente da República em 88 o governador Orestes Quércia cometeu o que Freud denomina ato falho. Não que constituia falha ser favorável a eleições diretas o mais rápido possível. O termo refere-se ao rompimento de uma solução de compromisso entre o desejo e a censura. No caso, o desejo do governador paulista de ocupar o Palácio do Planalto e os cuidados no sentido de evitar a retaliação prometida por Sarney. Do furo, escapou a verdade, constituindo-se num autêntico vazamento político. Expressaram-se as intenções de Quércia e a fragilidade do pacto existente entre os personagens do episódio. Na ausência fugaz da censura, as articulações de gabinete ficaram denunciadas pelo próprio articulador num lance rápido de desarticulação discursiva. O governador foi falado por Moreira Franco e por seu tropeço verbal.

CENISE MONTE VICENTE, 30, é psicólogo

saiu literalmente debaixo de chuva. uma caudalosa goteira, obrigando O prédio onde estavam reunidos tem Ulysses a um pequeno banho .



a a repórteres após o encontro com Sarney no Palácio da Alvorada

Quércia é um dos nomes, dizem governadores

Das Sucursais

Com a aproximação da votação da duração do mandato do presidente José Sarney pela Comissão de Sistematização, programada para este domingo, intensificam-se as articulações entre os governadores do PMDB. O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, 49, em suas últimas declarações, tem apoiado uma possível candidatura do ex-governador Hélio Garcia à Presidência da República. Desde que assumiu o governo do Estado, Newton afirma que "Minas vai participar e influir no debate da sucessão presidencial".

"Agora não é o momento de se falar em candidatura, mas de se

te, Orestes Quércia é um nome bem indicado entre os bons nomes de que o PMDB dispõe", disse ontem em Salvador o governador da Bahia. Waldir Pires.

Em Joinville (185 km ao norte de Florianópolis), o governador catarinense Pedro Ivo Campos, 57, disse que "este não é o momento para se pensar em sucessão. É intempestivo falar em eleições presidenciais, por-que elas por si só não resolverão o problema do país, que é o de restabelecer o desenvolvimento econômico". Perguntado sobre o lancamento do nome do governador Orestes Quércia, feito pelo governador do Rio, Moreira Franco, Pedro Ivo disse: "vejo Quércia como um dos preocupar somente com a Constituin- valores potenciais que o PMDB tem".

Deputado admite ter pedido concessão de TV a Sarney

Da Sucursal de Ribeirão Preto

O deputado federal João Cunha (PMDB-SP) admitiu ontem, em Ribeirão Preto (310 km ao norte de São Paulo), ter solicitado ao presidente José Sarney que concedesse ao Sis-tema Clube de Comunicação, com sede no município, um canal de televisão -para o qual a empresa já havia se habilitado através de concorrência pública. Cunha negou, porém, as informações de que tivessse promotido ao presidente, em troca da concessão, seu voto no plenário do Congresso constituinte pela manutenção do sistema presidencialista.

Segundo o deputado -que afirma ter apresentado à Comissão de Sistematização emenda que prevê eleicões para presidente da República, deputados e senadores noventa dias após a promulgação da Constituição-, o pedido de concessão foi feito resultado da concorrência.

ao presidente em fevereiro de 86, quando ele esteve em Ribeirão Preto para dialogar com empresários da

Cunha declarou que pretende processar cível e criminalmente o "Jornal do Brasil", do Rio, responsável pela informação, a quem desafiou provar que ele tenha defendido, em seus treze anos de congresso, o sistema parlamentarista.

O diretor-presidente do Sistema Clube de Comunicação, José Inácio Pizani, também confirmou ter solicitado ao deputado João Cunha que intercedesse junto ao presidente da República para que ele concedesse o canal de televisão à sua empresa. Pizani afirmou ter participado, em 86, de pelo menos duas audiências com José Sarney, a convite de João Cunha, antes de ser divulgado o